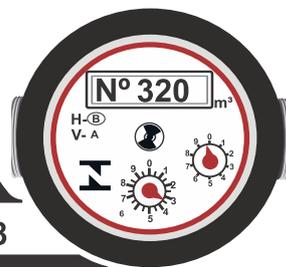


# REGISTRO

Boletim do Sindágua MG

23/Jul/2018



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

## NEGOCIAÇÃO DO ACORDO CONTINUA NO DIA 26

As negociações para o Acordo Coletivo do Trabalho serão retomadas no dia 26 de julho, depois de ficarem paralisadas durante 34 dias, desde que a categoria rejeitou a proposta simples da Copasa de reajuste de 1,69%.

Neste intervalo, o Sindicato mobilizou as lideranças, reuniu-se com o governo de Minas, buscando uma proposta que contemple a categoria.

Em reunião com o diretor de Gestão Corporativa da Copasa, Francisco Cançado, cobramos a reabertura urgente das negociações do Acordo Coletivo, quando ficou definida a data de 26 próximo, um dia após reunião do Conselho de Administração da empresa, quando uma proposta pode ser discutida,



antes de ser apresentada à comissão negocial do Sindicato.

### MANIFESTAÇÃO

Na manhã da quarta-feira (18/7), o SINDÁGUA fez manifestação na porta da Copasa, durante reunião do Conselho Fiscal da empresa, denunciando a PMI e a PPP no esgoto, e cobrando a

retomada das negociações salariais.

O presidente do Sindicato, José Maria dos Santos, criticou as medidas recentes da empresa: "A Copasa reduz drasticamente os investimentos no crescimento da empresa, amplia a terceirização e sucateia o setor operacional. O objetivo desta empresa não é dar lucro para acionistas, mas garantir serviços de qualidade e a universalização do saneamento".

## QUEREMOS GANHO REAL

Para uma empresa que obteve um lucro líquido fabuloso de R\$ 560 milhões, que ampliou o repasse para acionistas de 25% para 50%, que distribuiu adicional para os mesmos de R\$ 280 milhões e já prevê novo repasse de R\$ 50 milhões em 60 dias, a resposta mixuruca de repasse do INPC de 1,69% para salários e benefícios é não ter a menor consideração da responsabilidade e empenho dos trabalhadores.

Nos últimos anos a empresa solicitou um "voto de confiança", a compreensão da categoria para os graves problemas da crise hídrica e de uma situação caótica deixada pela administração anterior, precisando reconstruir a capacidade financeira de sustentabilidade da Copasa. Diante dos resultados operacionais e financeiros atuais e com mais um reajuste tarifário autorizado pela Arsae, de 4,31%, superior à inflação, para 1º de agosto, não há como os patrões exigirem mais sacrifício dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que premiam os acionistas.

## EXIGIMOS URGÊNCIA EM PONTOS ESSENCIAIS PARA A CATEGORIA

Após cobrarmos da empresa a urgência da continuidade das negociações, nos preocupamos em garantir todas as conquistas da categoria e avançar em pontos de extrema necessidade para os trabalhadores. Em uma "Pauta de Reivindicações", que se preocupa com os trabalhadores e com a própria empresa, destacamos:

- Reajuste pela inflação integral e ganho real, que reflitam a evolução financeira e operacional da empresa;
- Revisão da tabela salarial e eliminação dos quatro primeiros níveis, de forma a elevar o piso salarial na empresa;
- Reposição de todas as vagas abertas com o plano de desligamento e aposentadorias, corrigindo a caótica carência de mão de obra em todo o Estado;
- Primarizar todas as atividades fins na empresa e eliminar a terceirização;
- Revisão do Plano de Saúde, buscando um custo mais acessível para trabalhadores de menor renda;
- Extinção da GDI e sua incorporação integral nos salários
- Discussão de todas as reivindicações constantes da pauta aprovada pela categoria.

# MOBILIZAÇÃO CONTRA PRIVATIZAÇÃO NA COPASA

O compromisso assumido pelo governador Fernando Pimentel e pela presidenta da Copasa, Sinara Meirelles, de não permitir a privatização da Copasa vai se frustrando passo a passo diante das medidas adotadas pelo Governo e pela empresa.

Aos capitalistas interessa apenas o lucro, seja qual for o custo social da sua ganância. E para quem gosta tanto de dinheiro, quais são as medidas adotadas para estufar os seus cofres?

- Maior participação no lucro líquido da Copasa, deixando quase nada para ser reinvestido no crescimento da empresa e no atendimento das necessidades de saneamento da população;
- Ampliação escandalosa da terceirização, sucateando as áreas operacionais, com falta de materiais e equipamentos básicos;

- Não reposição de vagas, diminuindo gastos com folha de pagamento e custos operacionais, facilitando o ingresso de Parcerias Público Privadas na prestação de serviços;
- Privatização" disfarçada com a implementação de PMI e PPP nos sistemas de esgotos, repassando para terceiros responsabilidades assumidas pela Copasa diante dos contratos de programa com os municípios.

Cobramos da direção da empresa e do Governo de Minas os compromissos assumidos contra a privatização de serviços públicos essenciais e empenho pela universalizarmos do saneamento em todo o Estado. Mantemos luta firme contra qualquer entreguismo, defendendo o patrimônio do povo mineiro e a garantia para que políticas públicas de responsabilidade do Estado sejam honradas.

## Trabalhadores mobilizados para derrubar golpe no saneamento

# Jornada de lutas contra a MP 844

Os trabalhadores ampliam a mobilização contra a privatização do saneamento, com uma jornada conjunta de lutas para derrubar a Medida Provisória 844/2018, editada pelo governo golpista de Michel Temer e que, na prática, escancara a entrega do setor para o capital privado.

Sindicatos da categoria, com participação ativa do SINDÁGUA, em conjunto com dezenas de outras entidades que defendem o saneamento público e universal, definiram um plano de ações e estratégias jurídicas e políticas para derrotar a MP. A jornada de lutas inclui a mobilização de trabalhadores do setor e sociedade no Dia Nacional de Lutas Contra a MP 844, marcado para 31 de julho, em todos os estados, em defesa do saneamento ambiental.

Outras ações são recorrer às várias instâncias da Justiça com ações de inconstitucionalidade e fazer corpo a corpo com parlamentares para impedir que essa medida nefasta seja aprovada pelo Congresso Nacional.

A MP mutila e desfigura a Lei Nacional de Saneamento Básico e torna inviável o subsídio cruzado, em que os municípios superavitários subsidiam os deficitários.

As estratégias e o plano de ações foram definidos em reuniões realizadas em Brasília pela Frente Nacional do Saneamento Ambiental (no dia 19 de julho) e pelo Coletivo Nacional de Saneamento (dias 16 e 17). A FNSA elaborou também um Manifesto contra a MP do Saneamento.

### Confira algumas das ações definidas:

- 31 de julho – Dia Nacional contra a MP do Saneamento, com eventos abertos ao público em diversas capitais, para esclarecer a sociedade sobre as consequências da medida para o saneamento básico;
- 10 de agosto – Participação no Dia do Basta, enfatizando a luta contra a MP do Saneamento;
- 30 de agosto – Dia Nacional de Mobilização dos Trabalhadores em Saneamento.

**SEM SINDICATO NÃO HÁ DIREITOS!**